LINGUÍSTICA

A AUTORIA ACADÊMICA NA ESCRITA COM IA SOB A ÓTICA DO SIMULACRO E DO DISCURSO[1]

Ana Paula Garcia Gazarian[2]

Resumo: Neste artigo, busca-se refletir sobre a autoria acadêmica no contexto da escrita produzida em interação com modelos de *Large Language Models* (LLMs), partindo da hipótese de que autoria atribuída a esses sistemas não somente opera como um simulacro, mas também a partir de um simulacro de autoria, captado pelo seu modelo operacional, que os antecede. Depois de descrever e explicar o funcionamento básico de LLMs, como o conhecido ChatGPT, propõe-se, então, uma analogia com o modo de operação desses modelos e o funcionamento da autoria acadêmica no âmbito institucional. Para tanto, articulam-se o conceito de simulacro, de Jean Baudrillard (1991), a noção de função-autor, de Michel Foucault (2001), e a perspectiva de assemblagem cognitiva, conforme N. Katherine Hayles (2017). Conclui-se que a questão da autoria acadêmica atribuída a IAGens não se restringe à dicotomia máquina *versus* humano, mas se configura a partir de um processo de assemblagem e coagenciamento, que resulta em um simulacro autoral reconfigurado por regras institucionais cada vez mais orientadas à interação com sistemas de inteligência artificial. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica, com procedimento hipotético-dedutivo, abordagem qualitativa e transdisciplinar e técnica de pesquisa de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa; Autoria; Simulacro; Assemblagem Cognitiva

1 Este artigo integra parte da minha pesquisa de doutorado em andamento dedicada a investigar a questão da autoria na produção de artigos científicos mediada por modelos de linguagem de grande escala (LLMs), com foco nas implicações discursivas, epistemológicas e institucionais desse processo.

2 Doutoranda em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP/IBILCE - 2023). Licenciada em Letras Português e Espanhol pela mesma universidade (2014). Atua nas áreas de Linguística Aplicada, Análise do Discurso, Letramentos e Linguagens e Tecnologias. Atualmente, é bolsista CAPES. E-mail: ap.gazarian@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a emergência da inteligência artificial generativa[3] (doravante IAGens), ChatGPT, em 2022, observa-se, no âmbito global e, mais tardiamente, nacional, uma intensificação das problematizações acerca do uso de IAs da aquisição de escrita no âmbito escolar (Buzato; Leite, 2024; Fernandes, 2024), produção científica (Unesco, 2023) e na desinformação (Komesu et al., 2022). Tais debates também são atravessados pelas discussões sobre colonialismo digital e pelas transformações que os sistemas de inteligência artificial (doravante IA) têm provocado nas formas de trabalho, na economia, na política e na comunicação (Brun; Fornasier, 2024). Vê-se que, em diferentes níveis e esferas comunicativas, as capacidades dessa nova tecnologia e suas interações com o humano no contexto de produção de sentido tem gerado, em termos gerais, certa euforia que parece levar a atividade humana ao desajuste diante da "inusitada" evidenciação das inteligências artificiais generativas. As incertezas geradas como efeito da visão dessas novas ferramentas sob a ótica de discursos pautados em um falso determinismo tecnológico têm conduzido instituições a uma lógica de "tudo ou nada" no que se refere ao uso desses sistemas, o qual varia entre bani-las por completo ou adotá-las (sem que haja capacitação/letramento sobre o uso dessas IAGens) no intento de otimizar e facilitar o trabalho humano.

Diante dos desafios de produção por uso das novas IAGens no contexto atual, este artigo busca refletir sobre as práticas de autoria científica mediadas por IAGens. Para tal discussão, parto do fato de que entre os anos de 2023 e meados de 2025 o ChatGPT foi colocado como coautor e autor em diversos trabalhos científicos que estavam em circulação em grandes bases de dados como *Scopus* e *Web of Science*. Nesse cenário, o debate sobre autoria e autoridade antropomórfica de sistemas de IAGen toma força, o que culmina, sobretudo a partir de 2023, a criação de regulações referentes ao uso de IAs generativas por revistas e documentos institucionais em especial no cenário educacional e acadêmico. Para além de uma visão apocalíptica sobre fazer científico onde a autoria atribuída ao ChatGPT em textos acadêmicos configura uma espécie de ameaça à humanidade e o fim da agência humana na produção textual, buscarei mostrar neste trabalho a trajetória das regulações e preocupações sobre atribuição de autoria a IAs no intento de apontar possíveis caminhos para compreender a autoria no campo acadêmico e, talvez, refletir sobre o modo como a autoria se configura nesse âmbito.

Nesse contexto, três temas têm sido constantemente problematizados em trabalhos científicos (Vasconcellos, 2023; Formosa et al., 2024; Watson et al., 2025) e documentos institucionais (Unesco, 2023; Cope, 2023; Wame, 2023; Abc,

3 A inteligência artificial generativa (IAGen) pode ser compreendida como um conjunto de sistemas de inteligência artificial capazes de produzir conteúdos originais, como textos, imagens, sons, vídeos e códigos, a partir da aprendizagem de padrões extraídos de grandes volumes de dados previamente existentes. Segundo a Unesco (2023), esses sistemas operam por meio de modelos computacionais avançados que identificam regularidades estatísticas em dados massivos e, com base nelas, geram novas combinações simbólicas que simulam produções humanas.

2024) na tentativa de delimitar, sem perder de vista a ética acadêmica, os modos de inscrição e uso de IAGens na produção de conhecimento científico, a saber: (i) integridade acadêmica, no que se refere ao alinhamento de estratégias e procedimentos voltados à declaração do uso dos sistemas de IAGen na produção de textos acadêmicos; (ii) autenticidade autoral, que condiz à definição de critérios que permitam aos avaliadores e editores distinguir, nas submissões, as contribuições humanas das automatizadas; (iii) o papel da IA generativa na publicação científica, que se configura como a necessidade de normatizar a identificação explícita de conteúdos gerados por IA nos trabalhos acadêmicos, bem como definir os modos e protocolos adequados para essa declaração.

Em 2023, a Unesco publicou um documento, *Guia para IA generativa em educação e pesquisa* (em tradução livre), com uma série de orientações sobre o uso de IAs na produção de informações e meio escolar, alertando que as amplas capacidades de processamento de informações e conhecimento das IAGens, como ChatGPT, implicam questões controversas para a educação do nível básico a superior: a exemplo do agravamento da pobreza digital, utilização de conteúdos sem consentimento dos envolvidos e colonialismo de dados. Mais especificamente quanto à produção escrita, o guia ainda aponta que a crescente capacidade desses sistemas operacionais automatizarem alguns níveis de escrita está a forçar os decisores políticos e as instituições educativas e de pesquisa a revisitar por que, o que e como aprendemos e geramos conhecimento (Unesco, 2023).

Na esteira dessas orientações, ainda no início de 2023, periódicos de prestígio e editoras internacionais declararam que ferramentas de IA não poderiam ser creditadas como autoras, reafirmando a autoria como vinculada à responsabilidade intelectual humana, posicionamento consolidado pelo Comitê de Ética em Publicações (COPE)[4] e posteriormente incorporado às diretrizes de editoras globais, como *Nature* e *Science* (Lund et al., 2023; Vasconcellos, 2023; Buruk, 2023). Entre 2023 e 2024, tais regulações contribuíram para a formação de um arcabouço normativo relativamente homogêneo que proíbe a atribuição de autoria a IAs e exige transparência quanto ao seu uso.

No Brasil, apesar de essa incorporação ocorrer de forma mais tardia e um tanto reativa ao norte global, ela se tona mais sistemática apenas no fim de 2024 e toma força a partir da elaboração do guia "*Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores*" da Academia Brasileira de Ciências (Sampaio; Sabbatin; Limongi, 2025. Além disso, em 2025, políticas editoriais nacionais, como as adotadas pelo *SciELO*[5] e orientações de

4 Disponível em: https://www.ams.org/publications/journals/policies/UseofArtificialIntelligence. Acesso em: 17 fev. 2026.

5 Disponível em: https://blog.scielo.org/en/2025/02/05/brazilian-researchers-launch-guidelines-genai/. Acesso em: 8 fev. 2026.

agências como *CAPES* (Capes, 2025)[6], passaram a incorporar essas recomendações, apoiando-se em questões sobre integridade acadêmica e responsabilidade autoral.

Apesar dos esforços para a consolidação de diretrizes que delimitem o uso de IAGens em função da preservação da ética acadêmica e educação de qualidade (Cope, 2023; Unesco, 2023), segundo uma pesquisa realizada por Watson et al. (2025) sobre autoria de IAGens em trabalhos acadêmicos, observa-se que a produção científica tem se concentrado predominantemente em meta-análises e em abordagens que discutem vantagens e limitações desses sistemas na ciência. A crítica central dos autores é que esses enfoques frequentemente se configuram mais como debates do que como investigações empíricas sistemáticas ou elaborações teóricas aprofundadas acerca de seus impactos e riscos para o campo científico. Nesse sentido, argumenta-se que a relação entre tecnologia e campo científico não deve ser compreendida sob a ótica de um mero determinismo tecnológico que atribui à tecnologia um poder autônomo de transformação. Ao contrário, a performance e impacto desses sistemas sustentam em normativas institucionais e estruturas acadêmico-discursivas que tem regulado a produção científica desde a consolidação das ciências no âmbito institucional, indicando que a tecnologia opera no interior de regimes já existentes de legitimação do conhecimento.

Essa perspectiva reconfigura as abordagens humanistas tradicionais centradas na agência individual e na autenticidade autoral, passando a conceber a autoria e a tecnologia como efeitos emergentes das interações contínuas entre sujeitos, tecnologias, instituições, normas editoriais e práticas discursivas que, em conjunto, constituem e regulam a produção do conhecimento científico (Watson et al, 2025, p.322). Nesse contexto, a autoria associada às IAs deixa de ser compreendida como uma propriedade intrínseca de um sujeito humano e passa a operar como uma categoria funcional, assumindo um caráter metafórico da produção científica. Dito de outro modo, a autoria não se refere a um sujeito empírico isolado, mas a um conjunto de operações discursivas e institucionais que produzem e estabilizam o efeito de autoria no interior do sistema científico (Watson et al., 2025).

Mais do que uma simples metáfora, minha hipótese é de que a autoria acadêmica constitui um simulacro (Baudrillard, 1991), isto é, um efeito produzido por práticas discursivas institucionais que outorgam ao sistema de IA o lugar ontológico de autor. Nesse sentido, este artigo tenciona discutir em que medida esse fato leva a repensar autoria e autoridade na esfera acadêmica. Para isso o artigo se organiza em três partes: (i) funcionamento da máquina e simulacro; (ii) pensar o autor como uma função no nível institucional; (iii) reflexão final de autoria como assemblagem e coagenciamento. Por fim, busco mostrar que não se trata mais em problematizar se sistemas de LLMs podem ser reconhecidos como autores ou não,

6 Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23042025_Relatorio_2575649_A_inteligencia_artificial_na_pesquisa_e_no_fomento.pdf. Acesso em: 8 fev. 2026.

mas das condições discursivas que historicamente sustentam o próprio efeito de autoria no âmbito acadêmico.

1 O FUNCIONAMENTO DE IAGENS E O CONCEITO DE SIMULACRO DE BAUDRILLARD

Segundo Carle (2023 apud Duque-Pereira; Moura, 2023), a Inteligência Artificial Generativa (IAGen) se refere a modelos capazes de ir além da simples cópia ou previsão, produzindo conteúdos novos a partir de dados previamente utilizados em seu treinamento, o que se torna possível graças ao desenvolvimento do *Machine Learning* (Aprendizado de Máquina - na tradução dos autores, p.5). Nesse campo, conforme Géron (2019 apud Duque-Pereira; Moura, 2023), os sistemas computacionais aprendem a reconhecer padrões, realizar predições e tomar decisões com base em dados, sem programação explícita para tarefas específicas. Entre as diferentes abordagens de aprendizado - supervisionado (treinado com dados previamente rotulados), não supervisionado (baseado na identificação de padrões em dados não rotulados) e semi-supervisionado (combinação de dados rotulados e não rotulados) - destaca-se o papel do *Deep Learning* (ou Aprendizado Profundo - na tradução dos autores, p.10), que utiliza Redes Neurais Artificiais com múltiplas camadas para processar grandes volumes de informação e identificar padrões complexos, possibilitando avanços em tarefas como reconhecimento de imagem e processamento da linguagem natural.

Nesse contexto, os *Large Language Models* (LLMs, em português, Grandes Modelos Linguísticos – tradução de Buzato, 2023) constituem uma evolução dos modelos de linguagem no âmbito do Processamento de Língua Natural (PLN), sendo treinados com extensos volumes de texto para prever e gerar sequências linguísticas coerentes: nesse processo a máquina recebe *inputs* de autores humanos e, a partir deles, gera *outputs* compostos por informações e estruturas linguísticas. Conforme Carle (2023 apud Duque-Pereira; Moura, 2023) esses modelos não apenas reproduzem padrões aprendidos, mas também realizam inferências e combinam informações de diferentes contextos, gerando respostas originais. Baseados em arquiteturas como os *Transformers* (Vaswani et al., 2017 apud Duque-Pereira; Moura, 2023), os LLMs operam por meio de mecanismos de atenção que permitem analisar relações entre palavras ao longo de toda a sequência textual, considerando o contexto global. Assim, ao receber um *prompt* (comando – tradução livre), sistemas como o ChatGPT não recuperam respostas prontas, mas utilizam modelos estatísticos para antecipar e gerar saídas linguisticamente adequadas, apoiando-se, inclusive, em princípios da semântica distribucional, segundo os quais o significado das palavras emerge de seus contextos de uso.

Nesse sentido, os LLMs, por captarem informações dispersas no *database* estatisticamente e produzirem textos coesos e coerentes, sem compreensão do que

estão fazendo, configuram-se nada mais do que uma performance. Ao se considerar o processo de autoria acadêmica atribuída a esses sistemas, não seria possível atribuir responsabilidade a elas, sendo que são os humanos (já que a máquina depende necessariamente de um humano para operá-la) que atribuem a essa performance uma autoria. Tal performance autoral pode ser compreendida a partir do conceito de simulacro desenvolvido por Baudrillard (1991), operando, assim, como uma representação de autoria captada e reproduzida linguisticamente em textos escritos acadêmicos cuja autoria, atribuída ao ChatGPT, é marcada institucionalmente.

Para que se compreenda melhor a ideia de performance como simulacro, retomo a obra *Simulacros e Simulação* de Jean Baudrillard (1991), em que o autor rompe com a lógica tradicional da representação ao apresentar uma sociedade tomada por símbolos e signos que substituem toda a realidade material por simulacros virtuais. Para o autor, o simulacro não constitui uma simples cópia ou falsificação do real, mas instaura um regime no qual a própria noção de realidade se dissolve, uma vez que "o simulacro nunca é o que oculta a verdade - é a verdade que oculta que não existe. O simulacro é verdadeiro" (Baudrillard, 1991, p. 7). Dessa forma, o signo deixa de remeter a um referente originário e passa a circular de forma autônoma, substituindo o real por seus próprios modelos, de modo que "já não se trata de imitação, nem de repetição, nem sequer de paródia", mas de uma "substituição do real pelos signos do real" (Baudrillard, 1991, p. 16).

O ponto chave elaborado pelo autor está na distinção entre simulação e simulacro, a saber: a simulação "põe em causa a própria diferença entre o verdadeiro e o falso, entre o real e o imaginário" (Baudrillard, 1991, p. 13). Nesse sentido, o autor vai nos mostrar que a simulação é possível de ser percebida, ou seja, conseguimos perceber que estamos sendo enganados ou que estamos vivenciando alguma coisa que não é totalmente verdade. Já no simulacro, instaura-se uma espécie de ilusão consentida**,** uma forma de autoengano estrutural, na qual o sujeito passa a adotar como verdadeira uma construção da qual não pode ter certeza absoluta, mas que, por conveniência simbólica e funcional, ocupa o lugar da realidade. Para ilustrar como a imagem deixa de representar o real e passa a substituí-lo, o autor lança mão de quatro fases sucessivas da imagem, a saber: "(i) ela é o reflexo de uma realidade profunda; (ii) ela mascara e deforma uma realidade profunda; (iii) ela mascara a ausência de realidade profunda; (iv) ela não tem relação com qualquer realidade: ela é o seu próprio simulacro puro?" (Baudrillard, 1991, p. 13).

Tal processo pode ser compreendido a partir da progressão proposta pelo filósofo, que culmina no quarto estágio da imagem, isto é, aquele em que ela não tem mais relação com qualquer realidade, configurando o puro simulacro e dando origem ao que Baudrillard denomina hiper-real. Nesse último estágio, já não seria possível o acesso ao real (pois ele não existe) que passa a ser substituído por um hiper-real no campo do imaginário social, o qual é construído e acordado socialmente. Sendo assim, para o autor, o simulacro é o que pensamos ser real. Compreendemos o mundo e agimos a partir desse imaginário e não mais da experiência vivida.

Com efeito, o simulacro não constitui uma falsa realidade no sentido clássico, tampouco uma mera enganação consciente; em contrapartida, ele dissolve o próprio princípio de realidade, uma vez que "simular não é fingir", pois o fingimento "deixa intacto o princípio de realidade", enquanto a simulação "põe em causa a própria diferença entre o verdadeiro e o falso, entre o real e o imaginário" (Baudrillard, 1991, p. 9). Os simulacros, portanto, não apenas ocultam a realidade, mas a substituem, tornando-a progressivamente irrelevante para os sujeitos, já que os signos passam a produzir efeitos de realidade autossuficientes, independentes de qualquer referente originário (Baudrillard, 1991, p. 16). Assim, o que se estabelece não é uma oposição entre verdadeiro ou falso, mas um regime no qual a realidade perde centralidade diante da circulação funcional e consentida dos signos.

Inserida nesse contexto, a escrita acadêmica produzida por sistemas de IA pode ser interpretada não como uma simulação imperfeita da autoria humana, mas como um simulacro de autoria**,** isto é, uma produção discursiva que opera sem autor empírico, sem intenção, consciência ou experiência, e que, ainda assim, gera todos os pressupostos institucionais da autoria acadêmica, como coesão, intertextualidade, estilo disciplinar e legitimidade científica. Trata-se, portanto, de uma autoria de performance cuja ontologia é outorgada por autores humanos respaldada pelo próprio simulacro de autoria construída a partir de regulações e modelos das quais partem esses autores. A autoria como simulacro seria, portanto, uma autoria plenamente funcional no regime hiper-real descrito por Baudrillard (1991), no qual o real é produzido a partir de "matrizes" e "modelos" capazes de serem reproduzidos indefinidamente (Baudrillard, 1991, p. 22). Esse processo abre caminho para discutir autoria a partir de uma perspectiva discursiva.

2 O SIMULACRO DE AUTORIA COMO FUNÇÃO E EFEITO

A fim de analisar os mecanismos de produção do simulacro de autoria via agencia discursiva de LLMs, sobretudo ao ChatGPT, no âmbito acadêmico, parto da discussão de Fernandes (2024), em que a autora, ao realizar uma análise comparativa entre textos de estudantes com textos elaborados pelo ChatGPT, aproxima, de maneira muito breve, a ideia de simulacro[7] do conceito de textualidade elaborada por Orlandi (2002). A autora reconhece uma função autoral desses sistemas construída a partir da capacidade de organização de texto, coesão, coerência e efeito de textualidade. A autora discute que, no caso das IAGens, essa função-autor não

7 A autora adota o conceito de simulacro elabora por Deleuze (1988) cuja definição diz respeito ao "efeito de semelhança forjado na representação por similitude [da falsa cópia]", o que produz o "efeito de igual" (Fernandes, 2017, p. 238).

se aplicaria ao ChatGPT visto que essa ferramenta não é sujeito discursivo[8] (Gallo, 2023 apud Fernandes, 2024). Ou seja, a autoridade do enunciado produzida fenomenologicamente não reside em um autor interpelado ideologicamente, mas na interação de um sistema técnico do tipo conexionista[9] e os contextos institucionais que legitimam o discurso científico.

Segundo Fernandes (2024), ainda que não se possa identificar uma discursividade do ChatGPT, sua produção simbólica engendra um aparente processo de *textualidade* (Orlandi, 2002 apud Fernandes, 2024) onde a IA organiza as informações dispersas no *database* construindo um projeto textual de início, meio e fim e até mesmo um direcionamento a sua resposta (Fernandes, 2024). Nesse sentido, é possível afirmar que na sua projeção simbólica de *textualidade* opere uma *função-autor* que é reforçada pela sua organização textual e situada pelas formas que os autores humanos inscrevem o ChatGPT nos textos acadêmicos. Ao retomar o princípio de autoria de Orlandi (2002) em que um texto não necessariamente possui um sujeito-autor, mas tem sua autoria imputada pela *função-autor*, não se pode negar que há um *efeito de autoria* que apresenta condições específicas do *tecnodiscurso* (Fernandes, 2024). Assim, Fernandes (2024) reforça que, nos textos produzidos pelo ChatGPT, opera-se uma *função-autor* enquanto simulacro de autoria.

Na direção contrária à minha tese, observa-se que a ideia de simulacro elaborada por Fernandes (2024) é concebida como uma ruptura ontológica, segundo a qual a máquina produziria simulações de autoria ao captar informações em bancos de dados e reorganizá-las em um movimento parafrástico e reiterativo, desprovido de experiência e criatividade, enquanto o autor humano é situado como origem de um gesto autêntico de criação. Contudo, minha tese é de que não há, no processo de autoria, uma ruptura ontológica que pressupõe que a máquina produz simulacros ou simulação de autoria e o autor humano produz uma autoria original. Grosso modo, com base na definição de simulacro de Baudrillard (1991) discutida no tópico 1 deste artigo, compreendo que os simulacros de autoria produzidos por LLMs são repetições de simulacros pautados nos simulacros de autoria elaborados e constituídos por autores humanos. Ou seja, a autoria em si se configura como um simulacro, sendo humano ou maquínico.

A distinção entre simulacro restrito a maquinas e originalidade a humanos parece reinscrever, agora no âmbito da autoria, aquilo que Jean Baudrillard (1981)

8 Gallo (2023 apud Fernandes, 2024) argumenta que, ao ingressar na linguagem, o indivíduo passa a ocupar uma posição discursiva, constituindo-se como sujeito ao mesmo tempo em que se apresenta como aquele que enuncia. Esse processo envolve a responsabilização pelo dizer e o esforço de conferir unidade ao discurso, o que se aproxima do que Orlandi (2002) define como função-autor. Contudo, a autora ressalta que tal função não se restringe a discursos legitimados ou hegemônicos, mas decorre do próprio funcionamento ideológico, sendo inerente a todo sujeito. Ao transpor essa perspectiva para o ChatGPT, Gallo (2023 2023 apud Fernandes, 2024) sustenta que, embora o sistema produza textos coerentes, não há, de fato, uma assunção de autoria. Em vez disso, o modelo opera pela reprodução de padrões linguísticos e dados previamente aprendidos, configurando, assim, um simulacro de autoria.

9 O ChatGPT, assim como outras GMLs, configura-se como sistema de inteligência artificial do tipo conexionista, isto é, atua por meio da extração de dados estatísticos fornecidos por um usuário que fornece à ferramenta um conjunto de dados para que o modelo gere um conteúdo (Buzato; Leite, 2024, p.10094).

denomina simulacro referencial, isto é, um regime discursivo que produz o efeito de uma origem autêntica do discurso, ao mesmo tempo em que obscurece seu caráter mediado. Nesse sentido, o esforço de preservar uma separação nítida entre autoria humana e produção algorítmica tende a reiterar a ideia de um sujeito originário senhor do seu discurso.

Agora, se considerarmos funcionamento da autoria ao invés de sua (suposta) origem, torna-se possível compreender que a autoria, longe de ser simplesmente a expressão de uma interioridade criadora, opera como um dispositivo que organiza e regula a circulação dos discursos (Foucault, 2001). Assim, a escrita algorítmica não necessariamente dissolve a *função-autor,* mas torna mais visível seu caráter performativo e institucional, cuja produção autoral se sustenta menos na originalidade do dizer do que nas regras discursivas que o legitimam (Watson et al., 2025).

Ao situar a *função-autor* nesse funcionamento de autoria como simulacro, compreende-se como desdobramento e extensão de um simulacro referencial de autoria que funciona segundo os moldes institucionais da produção acadêmica contemporânea, intensificando uma lógica autoral fundada na simulação de origem e na atribuição de autoria ao indivíduo-autor cujo nome aparece nesses trabalhos. Nesse sentido, reconhece-se que a persona autoral formulada por LLMs só existe porque o simulacro de autoria precede tais sistemas, ou seja, esses sistemas não seriam capazes de formular simulacros que nunca foram feitos, justamente por seu modo de operação, e somente conseguem flagrar e reproduzir simulacros de autoria por esses já constituírem a esfera acadêmica. Trata-se, portanto, de uma autoria sem origem, plenamente funcional no regime hiper-real descrito por Baudrillard (1991), no qual o real é produzido a partir de "matrizes" e "modelos" capazes de serem reproduzidos indefinidamente (Baudrillard, 1991, p. 22).

É nesse ponto que a noção de *função-autor,* formulada por Michel Foucault (2001), torna-se particularmente produtiva. Ao deslocar a autoria do plano de uma subjetividade individual criadora para o plano das práticas discursivas, Foucault (2001) propõe compreendê-la não como a expressão de uma interioridade originária, mas como uma função que opera na organização e legitimação dos discursos. Segundo o pensador francês, a noção de "autor" não deve ser compreendida como um sujeito, mas como uma função discursiva, ou seja, uma construção histórica e social que regula a circulação dos discursos. A autoria não diz respeito apenas ao sujeito que escreve, mas a um papel discursivo institucionalizado que serve para (de)limitar os discursos. No plano acadêmico, Foucault (2004, p.29) destaca que o autor se configura como uma função do discurso científico que, relacionada a sistemas jurídicos e institucionais, limita-se em atribuir responsabilidade e verificação empírica, ou seja, "o autor só funciona para dar nome a um teorema" (Foucault 2001, p.27).

No caso do ChatGPT como autor de textos acadêmicos, considerando que as LLMs se configuram como sistemas de inteligência artificial do tipo *conexionista* (Buzato; Leite, 2024), a *função-autor* se reconfigura no plano científico. A autoridade

epistêmica não desaparece, mas é redistribuída ao longo das múltiplas camadas técnicas envolvidas na produção informacional para a chegada do produto final: o texto. Nesse sentido, para além de uma *função-autor* centrada apenas na capacidade de produzir *textualidade* (Fernandes, 2024), a autoria atribuída a LLMs se inscreve como a continuidade das práticas institucionais que historicamente regulam a produção e a circulação do discurso científico.

Conforme descrito na primeira seção deste artigo, verifica-se que o funcionamento algorítmico das LLMs permite que o modelo de IA seja um algoritmo que além de produzir textualidade também opera como regulador da circulação dos discursos, regulando estatisticamente, pela média do que já foi enunciado. De certa forma, apesar de sua falta de consciência ou intencionalidade na produção textual, pode ser dizer que os LLMs também incorporam uma função disciplinadora do que pode ou não ser dito e como deve ser dito no campo acadêmico.

Nesse contexto, e no rastro de um falso determinismo tecnológico, a "morte do autor" evocada por Foucault (2001, p. 18) parece adquirir nova força quando transposta para a instância de simulacro autoral, culminando a falsa impressão de que é a mediação algorítmica que consuma definitivamente o esvaziamento da figura autoral no texto acadêmico. Todavia, pensar nas LLMs como o único simulacro possível de autoria seria desconsiderar os modos de produção científico historicamente consolidados no âmbito da produção científica no que diz respeito à autoria distribuída. É preciso, antes de mais nada, considerar que, nesse contexto de produção textual acadêmico por LLMs, como o ChatGPT, a "morte do autor" não implica na dissolução da responsabilidade autoral, mas na reconfiguração da *função-autor* em um regime de coprodução humano-máquina, no qual a forma de representação de autoridade epistêmica por essas ferramentas continua ancorada em simulacros de autoria enraizados em diretrizes institucionais já existentes.

De modo análogo, no simulacro produzido por LLMs, o que se observa não é a supressão do autor humano, mas a reconfiguração de sua função em um regime de opacidade técnica mais incisiva do que as de textos escritos por humanos que seguem normas cristalizadas de autoria na cultura acadêmica (Hyland, 2004, 2005). Com efeito, nessa supressão da transparência autoral da máquina, a instância enunciativa se apresenta como autogerada, embora continue inscrita em dispositivos institucionais de validação e controle. O efeito de esvaziamento autoral, portanto, não decorre da ausência de autoria, mas da dificuldade de localizar, em meio às camadas algorítmicas de mediação, o ponto de imputação da responsabilidade epistêmica. E é exatamente aqui que mora uma questão-chave sobre ética e responsabilidade que impedem a inscrição evidente de autoria de LLMs.

Por fim, entende-se que, embora o autor-máquina não constitua um sujeito discursivo (Fernandes, 2024), há um função-autor no plano epistemológico que pode ser reproduzida por meio desses simulacros de função-autor. Tais simulacros, que já antecedem o uso de LLMs na produção textual, fundamentam-se em formas de escrita objetivadas que respondem aos critérios institucionais da escrita

acadêmica. Sendo assim, no plano acadêmico, pode-se afirmar que a *função-autor* ocorre pela iminência da materialização linguística autoral que provoca um efeito de autoria. Como formula Foucault (2001), já não importa quem é o autor, pois o autor não designa uma origem do discurso, mas uma instância funcional, um efeito produzido por práticas discursivas e institucionais que organizam sua circulação.

3 AUTORIA COMO ASSEMBLAGEM COGNITIVA

O deslocamento da autoria de uma origem individual para uma função discursiva e institucional permite aproximar a noção foucaultiana de função-autor de perspectivas contemporâneas que enfatizam a dimensão relacional e distribuída da cognição e da linguagem. Segundo a discussão de Buzato e Leite (2024) sobre cognição no texto "Escrita Generativa Algorítmica e a Universidade Pós-humanista: A Redação do Enem na Grande Assemblagem Cognitiva", o conceito de cognição não se limita à consciência humana, mas abrange um espectro mais amplo de processos de atenção e reconhecimento que operam tanto de forma consciente quanto não consciente. Os autores, então, dividem o conceito de "cognição" em duas dimensões. De um lado, há a cognição consciente, ligada à capacidade humana de interpretar estados internos, estabelecer relações simbólicas e projetar cenários por meio de modelos mentais. De outro, existem processos não conscientes, igualmente relevantes, que se manifestam em organismos simples e também em artefatos técnicos capazes de responder adaptativamente ao ambiente.

Nesse sentido, a cognição deixa de ser uma propriedade exclusivamente humana e passa a ser compreendida como um fenômeno distribuído, que emerge das interações entre diferentes agentes (humanos, biológicos e tecnológicos) em contextos específicos. Nessa direção, a contribuição de Kathrine Hayles (2017) se torna particularmente relevante, ao conceber a cognição como resultante de uma assemblagem distribuída, na qual diferentes *modes of awareness* (*modos de atenção-reconhecimento* na tradução de Buzato, 2023) operam de maneira integrada entre componentes humanos e não humanos. Esse processo de *modes of awareness* discutido pela autora implica substancialmente uma ação de assemblagem em que o humano, somado a dispositivos técnicos, adquire função e capacidade de modificar o estado de coisas no espaço social. Buzato e Leite (2024) ilustram essa assemblagem por meio do exemplo:

> Quando algum de nós escreve ou lê algo no celular, no computador ou em quaisquer das inúmeras telas disponíveis nos ambientes urbanos, nos automóveis e meios de transporte público ou mesmo em livros, fotografias impressas e esculturas impressas em 3D, estamos, na realidade, instanciando processos de cognição distribuída e compartilhada, em alguma medida, entre agentes cognitivos nas diversas escalas espaciais, temporais e topológicas da assemblagem. (p. 10099)

Como descrito na seção 1 deste texto, Hayles (2017) reitera que, tecnicamente, os LLMs consistem em redes neurais artificiais treinadas sobre extensos conjuntos de textos, a partir dos quais aprendem regularidades estatísticas que lhes permitem prever probabilisticamente a próxima unidade linguística mais plausível em um determinado contexto. No entanto, sob a perspectiva da autora, esse processo não deve ser reduzido a uma operação meramente mecânica ou imitativa, mas compreendido como parte de um sistema cognitivo distribuído, no qual fluxos informacionais, infraestruturas técnicas, práticas culturais e interações humanas constituem, conjuntamente, uma assemblagem capaz de processar e atualizar continuamente padrões de significado.

Nesse sentido, tanto o usuário humano quanto os agentes ou sistemas de IAGen operam a partir de formas específicas de agência[10], que se entrelaçam de maneira complexa e multifacetada. Ao integrarem a cadeia dialógica e interativa da produção de sentido humano, os sistemas de IAGen passam a exercer um tipo particular e socialmente significativo de agência, a qual, embora desprovida de intencionalidade ou responsabilidade nos moldes próprios dos sujeitos humanos, possui relevância nas dinâmicas discursivas contemporâneas. Isso significa que a IAGen ChatGPT não atua apenas como intermediária ou mediadora entre diferentes agências humanas e não humanas na produção de textos acadêmicos, mas passa a operar como um simulacro de agência discursiva, produzindo efeitos de captação e reprodução do discurso humano sem, contudo, possuir consciência ou intencionalidade próprias.

Para além da escrita por LLMs, Hayles (2017) propõe a noção de assemblagem cognitiva, na qual humanos e máquinas participam conjuntamente da produção de sentido e da ação no mundo. Nessa assemblagem, a escrita, especialmente quando mediada por sistemas de IA, não pode mais ser entendida como resultado de um sujeito isolado, mas como efeito de processos interdependentes que articulam diferentes modos de atenção e reconhecimento. A interação com modelos computacionais, que operam por meio de cálculos probabilísticos e representações numéricas da linguagem, acopla-se à cognição humana, produzindo um espaço híbrido de produção textual. Como já discutido acima, em vez de opor mente humana e máquina, o que está em jogo são os modos de articulação e funcionamento em conjunto entre esses diferentes processos cognitivos, evidenciando que a escrita contemporânea se configura como uma prática distribuída, situada e atravessada por dinâmicas de coagenciamento.

É nesse ponto que a discussão sobre autoria como simulacro pode ser ampliada para considerar não apenas as instâncias institucionais que regulam o discurso, mas também os dispositivos técnico-algorítmicos que passam a integrar sua produção, circulação e validação da escrita acadêmica no contexto atual em que, de forma

10 Considera-se a agência como a "capacidade de agir mediada socioculturalmente" (Ahearn, 2001), que envolve tanto agentes humanos como não humanos (Buzato, 2013; Latour, 2005; Hayles, 2017) cujos modos de atuação são relevantes no contexto sociocultural em que se inserem.

evidenciada ou não. É preciso reconhecer que a escrita acadêmica passa por uma assemblagem entre humanos e dispositivos técnicos que antecede as LLMs, como por exemplo o uso de computadores, *softwares* e pesquisa na *internet*. Além disso, o próprio modo de fazer pesquisa na contemporaneidade configura-se segundo uma lógica cada vez mais próxima de uma função algorítmica, na qual a circulação, visibilidade e legitimação dos artigos científicos passam a ser mediadas por métricas de acesso e engajamento. Em ambientes como o SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas), a inscrição de um texto no circuito acadêmico depende, em larga medida, de indicadores como "cliques e downloads" (Salgado; Clares, 2017, p. 35), o que evidencia a incorporação de dinâmicas de indexação, rastreamento e ranqueamento à própria economia do reconhecimento científico.

Nesse sentido, a coautoria não se reduz a uma colaboração instrumental, mas opera como estratégia de inserção em comunidades discursivas e mecanismo de distribuição de capital simbólico no campo científico. Como argumentam Komesu e Assis (2022), os sistemas de indexação, métricas de citação e critérios avaliativos das agências de fomento integram uma ecologia institucional que regula a circulação do discurso e condiciona a própria configuração da autoria, transformando o nome do autor em marcador de produtividade, impacto e credibilidade. Assim, tanto a coautoria quanto os índices bibliográficos participam da arquitetura normativa que estrutura as culturas acadêmicas contemporâneas, funcionando como tecnologias de governança do conhecimento e como instâncias de atribuição e controle da responsabilidade epistêmica.

No desdobramento do debate acerca de se LLMs podem ou não ser consideradas autoras de um texto, a questão central deve partir do preceito de que a escrita acadêmica (mas não apenas) implica necessariamente uma assemblagem cognitiva, sendo o uso desse novo dispositivo marcado ou não no corpo do texto. Assim, o problema deixa de ser "podem ser autoras?" e passa a ser: a quem atribuir responsabilidade epistêmica pela enunciação produzida sob mediação algorítmica? E, correlativamente, como preservar a ética epistêmica quando a produção do signo é parcialmente delegada a um artefato técnico incorporado à experiência cognitiva do sujeito?

A questão pode ser pensada ao retomarmos a *função-autor* de Foucault (2001), "não é definida pela atribuição espontânea de um discurso a seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; [...] ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar" (p. 279-80). Isso desmantela a "mais trivial das falácias" (Possenti, 2013, p.247), que nos leva a pensar que, no plano epistêmico, todos os autores de um texto são responsáveis pelo conhecimento ali produzido.

Isso quer dizer que a distribuição de responsabilidade e produção autoral já é constitutiva do processo de autoria acadêmica: textos acadêmicos em diferentes áreas, sobretudo nas Ciências Duras (Hyland, 2003), já eram publicados em grandes números de coautores (Hyland, 2004; Costa, 2024). A busca de avaliação bibliométrica

impulsionava a corrida por redes de citação e visibilidade acadêmica, culminando em uma distribuição de funções altamente voltada para as novas mídias, nos quais a produção do texto se articula a diferentes agentes humanos e tecnológicos, como plataformas de indexação científica, softwares de análise estatística, gestores de referência e ferramentas digitais de escrita colaborativa (Salgado; Clares, 2017; Watson et al., 2025). Evidentemente, a questão se tornou problemática quando essas ferramentas passaram de meros recursos tecnológicos para um lugar indevido de autoridade epistêmica (Vasconcellos, 2023; Formosa et al., 2024).

Entretanto, a questão está longe de resolvida. A emergência de ferramentas de escrita generativa no plano epistêmico parece recolocar, agora sob novas condições, problemas já conhecidos nos estudos da autoria. Talvez estejamos novamente diante dos "buracos" do não mostrado no fazer científico (Gazarian, 2023), isto é, das dimensões pouco visíveis do processo de produção textual (Street, 1999). Nesse cenário, a falta de transparência quanto ao uso dessas ferramentas na elaboração de textos acadêmicos pode contribuir para naturalizar formas cada vez mais protocolizadas de organização do pensamento, nas quais a criticidade tende a uma mera adequação a modelos discursivos estabilizados na escrita científica.

Nesse contexto, as IAGens oferecem *affordances*[11] que atendem às demandas de alta produção e produtividade do fazer científico. No entanto, a questão não se limita à crescente pressão por produtividade no fazer científico e muito menos se pauta em diretrizes que determinam o modo de inscrição dessas ferramentas. Ela passa para um problema mais amplo: no constante uso das *affordances* que ela oferece, é preciso problematizar o que se transforma quando a escrita científica passa a ser coproduzida por sistemas capazes de simular posições enunciativas humanas.

Os simulacros mobilizados por esses sistemas os colocam, ainda que de modo indireto, em lugares tradicionalmente associados a agentes epistêmicos na produção do conhecimento. Diante disso, talvez a pergunta mais relevante não seja se tais sistemas podem ser considerados autores, mas quais ferramentas conceituais e pedagógicas, sobretudo no âmbito dos letramentos acadêmicos e digitais, serão necessárias para lidar com essa forma cada vez mais híbrida de produção textual. Mais do que encerrar o debate, a escrita generativa parece apenas recolocar em outros termos uma questão antiga: sob quais condições continuaremos concebendo e reconhecendo certos textos como produção de conhecimento científico?

Dessa forma, não me parece que suprimir a distribuição de agência no plano textual seria suficiente para banir LLMs no processo de escrita, uma vez que propostas de proibição enfrentam dificuldades práticas de implementação e podem implicar

11 *Affordance se* refere às possibilidades de ação que um objeto, ambiente ou tecnologia oferece a um agente, em função de suas propriedades e da relação estabelecida com o usuário. O conceito foi originalmente proposto por James J. Gibson (1979) no campo da psicologia ecológica e posteriormente desenvolvido por Donald Norman (1988) no contexto do design e da interação humano-computador, enfatizando como tais possibilidades são percebidas e interpretadas pelos sujeitos. No âmbito das tecnologias digitais, o termo é amplamente utilizado para descrever como plataformas e sistemas orientam, condicionam ou ampliam práticas de uso e interação, o que faz com que a máquina faça em segundos o que um agente humano levaria muito mais tempo para fazer.

formas de monitoramento que ameaçam a própria liberdade acadêmica (Furze et al., 2024). Além disso, diferentes diretrizes editoriais têm apontado que, embora LLMs não possam assumir responsabilidade autoral, isso não implica necessariamente sua exclusão do processo de escrita, mas sim a necessidade de regulamentação e transparência em seu uso (Rahimi & Talebi Bezmin Abadi, 2023). É justamente pelo refinado modo de (re)produção de simulacros de autoria por LLMs capitados pelo seu modo de processamento que urge a necessidade de delimitar diretrizes que possibilitem maior transparência de distribuição autoral acadêmica.

Não se trata de defender o reconhecimento autoral de LLMs em trabalhos científicos, nem de instigar a substituição de humanos por máquinas, mas de reconhecer o coagenciamento humano-máquina no processo de escrita, tendo em vista que a função-autor no âmbito acadêmico é delimitada por regimes institucionais de atribuição autoral (Watson et al., 2025) e sustentada por simulacros de autoria que antecedem a emergência das LLMs. Nesse contexto, torna-se necessária, no âmbito da ética acadêmica, uma concepção mais transparente de função autoral distribuída, já que o uso de IAGens já se consolidou como prática acadêmica, sendo empregado por pesquisadores em diferentes etapas da produção científica, incluindo a redação e revisão de textos (Buzato; Leite, 2024; Fernandes, 2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente texto, buscou-se discutir as transformações das noções de autoria no contexto da escrita mediada por sistemas de inteligência artificial generativa, tomando como ponto de partida o conceito de simulacro, formulado por Baudrillard (1991), e a noção de função-autor, proposta por Foucault (2001). Nesse percurso, procurou-se evidenciar que a emergência de sistemas como o ChatGPT não implica necessariamente uma ruptura absoluta com os regimes de autoria que organizam a produção de discursos, mas antes torna mais visíveis certos mecanismos já presentes nas práticas discursivas, especialmente no campo da escrita acadêmica.

Nessas condições, o artigo partiu da hipótese de que a autoria acadêmica constituiu um simulacro, nos termos de Baudrillard (1991), isto é, um efeito produzido por práticas discursivas e institucionais capazes de outorgar aos sistemas de IA um lugar ontológico de autor. Para desenvolvê-la, organizei o texto em três momentos: inicialmente, discuti o funcionamento dos modelos de linguagem em articulação com o simulacro; em seguida, analisei a autoria como função, à luz de Foucault (2001), enfatizando seu caráter de dispositivo; por fim, propus uma reflexão sobre a autoria como assemblagem e coagenciamento. Desse modo, buscou-se deslocar o debate do reconhecimento de LLMs como autores para as condições discursivas que sustentaram, historicamente, o próprio efeito de autoria.

Posteriormente, uma terceira seção se voltou para a compreensão da autoria no contexto de uma cognição distribuída, articulando a noção de função-autor a

perspectivas contemporâneas que concebem a produção de sentido como resultado de uma assemblagem entre agentes humanos e não humanos. Com base em Buzato e Leite (2024) e Hayles (2017), foi discutido como a cognição ultrapassa a esfera da consciência individual, emergindo de processos de atenção e reconhecimento que operam em diferentes níveis e suportes. Nesse quadro, a escrita acadêmica foi analisada como prática situada, atravessada por dispositivos técnico-algorítmicos (desde infraestruturas digitais até LLMs) que intensificam a distribuição da agência e a opacidade das mediações. Assim, argumentei que tais sistemas não instauram a distribuição cognitiva, mas a radicalizam, produzindo efeitos de autoria como simulacro e deslocando o debate da atribuição de autoria para as condições de responsabilidade epistêmica em contextos de coagenciamento.

É possível concluir que para os estudos discursivos, a questão fundamental sobre o que é autoria e de onde emana a autoridade do autor permanece ancorada em dispositivos institucionais que regulam e legitimam o dizer. Contudo, no contexto contemporâneo de escrita acadêmica atravessada pela mediação de IAGens, essa autoridade passa a ser também mediada por lógicas matemáticas, estatísticas e distribucionais, que operam na base dos modelos de linguagem. Nesse cenário, a escrita pode ser compreendida menos como expressão de uma interioridade autoral e mais como um processo de assemblagem e coagenciamento, no qual diferentes instâncias (humanas, institucionais e algorítmicas) participam da produção discursiva.

Ao fim e ao cabo, as análises desenvolvidas permitem sustentar parcialmente que a escrita mediada por sistemas de IA generativa não elimina a função-autor, mas evidencia seu caráter discursivo e institucional. Longe de depender exclusivamente da presença de um sujeito empírico originário do dizer, a autoria mostra-se vinculada a formas de legitimação e a convenções discursivas que estruturam a produção e a circulação dos textos científicos. Nesse sentido, os simulacros produzidos por sistemas como o ChatGPT não apenas reproduzem determinados padrões da escrita acadêmica, mas também tornam visíveis os mecanismos pelos quais a autoridade autoral é discursivamente construída e reconhecida.

ACADEMIC AUTHORSHIP IN AI-ASSISTED WRITING FROM THE PERSPECTIVE OF SIMULACRUM AND DISCOURSE

***Abstract**: This article reflects on academic authorship in the context of writing produced through interaction with Large Language Models (LLMs), based on the hypothesis that the authorship attributed to these systems operates not only as a simulacrum, but also through a simulacrum of authorship already embedded in their operational model and preceding them. After describing and explaining the basic functioning of LLMs, such as ChatGPT, the article proposes an analogy between the operational logic of these models and the functioning of academic authorship within institutional contexts. To this end, the study articulates Jean Baudrillard's concept of simulacrum, Michel Foucault's notion of the*

author function, and N. Katherine Hayles's perspective of cognitive assemblage. It concludes that the issue of academic authorship attributed to generative AI cannot be reduced to the dichotomy between machine and human, but rather emerges from processes of assemblage and co-agency that produce a reconfigured authorial simulacrum shaped by institutional rules increasingly oriented toward interaction with artificial intelligence systems. Methodologically, this is a bibliographic study grounded in a hypothetical-deductive procedure, adopting a qualitative, transdisciplinary approach and a literature review research technique.

Keywords*: *Generative Artificial Intelligence; Authorship; Simulacrum; Cognitive Assemblage.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS; SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Recomendações sobre o uso de inteligência artificial generativa na pesquisa científica*. Rio de Janeiro: ABC; São Paulo: SBPC, 2024.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BUZATO, Marcelo K. Inteligência artificial, pós-humanismo e educação: entre o simulacro e a assemblagem. *Dialogia*, São Paulo, n. 44, p. 1-11, 2023.

BUZATO, Marcelo K.; LEITE, A. L. M. Escrita generativa algorítmica e universidade pós-humanista: a redação do ENEM na grande assemblagem cognitiva. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 21, n. esp., p. 10092-10111, 2024.

BURUK, Oğuz. Academic writing with GPT-3.5: reflections on practices, efficacy and transparency. *EdArXiv*, 2023.

COSTA, J. R. P. *Práticas letradas em ciências biológicas e ciências exatas e da terra: autocitação e pertencimento disciplinar*. 2024. 97 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, 2024.

COPE. *Position statement: authorship and AI tools*. [S. l.]: COPE, 2023.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *A inteligência artificial na pesquisa e no fomento: desafios e oportunidades*. Brasília: CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23042025_Relatorio_2575649_A_inteligencia_artificial_na_pesquisa_e_no_fomento.pdf. Acesso em: 8 fev. 2026.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DUQUE-PEREIRA, Ives da Silva; MOURA, Sergio Arruda de. Compreendendo a inteligência artificial generativa na perspectiva da língua. *SciELO Preprints*, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7077. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7077. Acesso em: 25 maio 2026.

FERNANDES, C. A autoria em textos produzidos por inteligência artificial e por alunos em uma perspectiva discursiva. *Revista da ABRALIN*, v. 23, n. 2, p. 214-235, 2024.

FORNASIER, Mateus de Oliveira; BRUN, Marco Antonio Compassi. *A colonialidade das novas tecnologias: uma proposta de giro decolonial na era da inteligência artificial*. 2024.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos III: estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

FURZE, L. et al. *The AI Assessment Scale (AIAS) in action: a pilot implementation of GenAI supported assessment*. 2024.

FORMOSA, Paul; BANKINS, Sarah; MATULIONYTE, Rita; GHASEMI, Omid. Can ChatGPT be an author? Generative AI, creative writing assistance and perceptions of authorship, creatorship, responsibility, and disclosure. *AI and Ethics*, 2024.

GALLO, Solange M. L. ChatGPT: hiperautor ou não autor? *Traços de Linguagem*, v. 7, n. 1, p. 84-95, 2023. DOI: https://doi.org/10.30681/2594.9063.2023v7n1id11199. Acesso em: 29 jun. 2023.

GAZARIAN, A.P. *Cultura disciplinar e autocitação: publicação científica em periódicos de alto impacto nas subáreas de Linguística e Química*. 2023. 123 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, 2023.

HAYLES, N. Katherine. *Unthought: the power of the cognitive nonconscious*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2017.

HOLANDA, G. M.; PFEIFFER, Claudia Regina Castellanos. *Sentimento da inteligência artificial: novas tecnologias, antigos conceitos*. Campinas: Pontes, 2023.

HYLAND, Ken. Self-citation and self-reference: credibility and promotion in academic publication. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 54, n. 3, p. 251-259, 2003.

HYLAND, Ken. *Disciplinary discourse: social interactions in academic writing*. Singapore: Pearson Education, 2004.

HYLAND, Ken. *Metadiscourse: exploring interaction in writing*. London: Continuum, 2005.

KOMESU, Fabiana; ASSIS, J. A. (org.). *Práticas discursivas em letramento acadêmico: artigos sobre a escrita acadêmica*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022.

LUND, B. D.; NAHEEM, K. T. Can ChatGPT be an author? A study of artificial intelligence authorship policies in top academic journals. *Learned Publishing*, 2023.

LUND, Brady D. et al. ChatGPT and a new academic reality: artificial intelligence-written research papers and the ethics of large language models in scholarly publishing. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 74, n. 5, p. 570-581, 2023.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

POSSENTI, Sírio. Notas sobre a questão da autoria. In: POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. p. 245-258.

RAHIMI, Farid; TALEBI BEZMIN ABADI, Amin. ChatGPT and publication ethics. *Archives of Medical Research*, 2023.

SALGADO, L. S.; CLARES, L. M. Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas Humanidades. *Revista do GEL*, v. 14, p. 29-58, 2017.

SAMPAIO, R. C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R. Brazilian researchers launch guidelines for the ethical and responsible use of generative artificial intelligence (GenAI). *SciELO in Perspective*, 5 fev. 2025. Disponível em: https://blog.scielo.org/en/2025/02/05/brazilian-researchers-launch-guidelines-genai/. Acesso em: 8 fev. 2026.

STREET, Brian V. Hidden features of academic paper writing. In: JONES, C.; TURNER, J.; STREET, B. (org.). *Students writing in the university: cultural and epistemological issues*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 193-220.

UNESCO; MIAO, Fengchun; HOLMES, W. *Guidance for generative AI in education and research*. Paris: UNESCO, 2023.

VASCONCELLOS, V. G. Inteligência artificial e coautoria de trabalhos acadêmicos: discussões sobre utilização de ChatGPT em pesquisa e redação científicas. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, v. 9, n. 3, p. 1047-1057, set./dez. 2023.

WATSON, Steven; BREZOVEC, Erik; ROMIC, Jonathan. *The role of generative AI in academic and scientific authorship: an autopoietic perspective*. 2025.

WAME. *Recommendations on ChatGPT and chatbots in relation to scholarly publications*. [S. l.]: WAME, 2023.

Recebido em 25 de março de 2026
Aprovado em 21 de maio de 2026